

A RESIDÊNCIA TÉCNICA APERFEIÇO A FORMAÇÃO DE TURISMÓLOGO PARA ATUAR NO SETOR PÚBLICO?

Raquel dos Santos Vieira¹

RESUMO ESTRUTURADO: O Programa de Residência Técnica foi instituído no Paraná em 2019, com a proposta de combinar formação teórico-científica e prática acadêmico-pedagógica. Contudo, não foram evidenciados trabalhos científicos com relatos sobre a participação no programa. Nesse contexto, definiu-se como objetivo apresentar um relato de experiência da participação no Programa de Residência Técnica em Gestão Pública da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – 3ª edição, enquanto profissional formada em turismo. Trata-se de um estudo inédito que adotou a pesquisa qualitativa descritiva e foi operacionalizada por meio de observação participante na ocasião do referido Programa. A formação teórico-científica compreendeu uma Pós Graduação em Gestão Pública, ministrada pela UEPG. As práticas acadêmico-pedagógicas foram desenvolvidas na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e na Paraná Turismo, em Curitiba, de julho de 2020 a maio de 2022. A experiência proporcionou conhecimento teórico e prático das políticas públicas de turismo, dos seus instrumentos e da estrutura organizacional para sua execução, além do aperfeiçoamento na formação de turismólogo para atuar no setor público.

Palavras-chave: Programa de Residência Técnica; Turismólogo; Turismo; Gestão Pública; Paraná.

INTRODUÇÃO

O Programa de Residência Técnica (RESTEC) foi instituído no Estado do Paraná pela Lei nº 20.086, de 18 de Dezembro de 2019, que o define como:

o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas no âmbito da administração direta e autárquica do Poder Executivo Estadual, desde que possuam convênio ou termo de cooperação com Instituições de Ensino Superior - Públicas ou Privadas - IES, localizadas no Estado do Paraná, que ofertem Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (PARANÁ, 2019, s. p.).

O referido Programa é uma iniciativa coordenada pela Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), e desenvolvido em parceria com as Universidades Estaduais e os órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estadual (SETI, 2022).

O público alvo do programa é o profissional recém-formado, há no máximo trinta e seis meses, em Cursos de Graduação. O ingresso no programa se dá por meio de exame de seleção, com prova escrita a ser realizada pela SETI em parceria com órgãos estaduais (PARANÁ, 2019). De acordo com dados da SETI, o

¹ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Mestra em Turismo, Tecnóloga em Gestão de Turismo, Bacharela em Gestão e Empreendedorismo, Graduanda em Administração. Professora do curso de Turismo da UNESPAR *campus* Campo Mourão. E-mail: raquelsantosufpr@gmail.com



Programa já formou 517 profissionais de 74 profissões. A atuação dos residentes técnicos ocorreu em 31 municípios paranaenses, sendo operacionalizada por 37 instituições parceiras (SETI, 2022).

Nesse contexto, encontra-se o Programa de Residência Técnica em Gestão Pública operacionalizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Na terceira edição o edital de seleção publicado em 2019 ofereceu vagas, pela primeira vez, para profissionais recém-formados em turismo.

O Programa compreende, de um lado, a formação teórico-científica e, de outro, a prática acadêmico-pedagógica (PARANÁ, 2019). No RESTEC, direcionado à turismólogos, a formação teórico-científica compreendeu a Pós Graduação *lato sensu* em Gestão Pública sob a coordenação da UEPG e foi ministrada em ambiente de ensino à distância. Já as práticas acadêmico-pedagógicas, que correspondem a trinta horas semanais, realizadas no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, foram desenvolvidas na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) e na Paraná Turismo, entidade autárquica vinculada a referida Secretaria, na capital, Curitiba.

Na terceira edição do RESTEC em Gestão Pública contrataram-se onze residentes técnicos recém-formados em turismo para a formação teórico-científica e a prática acadêmico-pedagógica. Sendo esta a primeira edição a contratar profissionais da área de turismo, entende-se como primordial registrar as experiências vivenciadas e, especialmente, o olhar crítico dos participantes do Programa.

Diante do exposto, definiu-se como objetivo para este manuscrito apresentar um relato de experiência da participação no Programa de Residência Técnica em Gestão Pública da UEPG – 3ª edição, enquanto profissional formada em turismo, no período de 2020 a 2022.

Destaca-se a existência de uma lacuna na literatura científica sobre o Programa de Residência Técnica no Paraná, especialmente sobre o Turismo. Ao buscar nas bases de dados Publicações de Turismo, Portal de Periódicos Capes, *Scielo*, *Redalyc* e *Google Acadêmico*, identificaram-se apenas três pesquisas. Uma dissertação de Mestrado que analisou o Programa nas áreas de Engenharia e Arquitetura (MASSUQUETO, 2016) e originou um artigo científico (MASSUQUETO;

SILVA, 2018), e outro artigo (FREITAS *et al*, 2011) voltado para a mesma área. Essa constatação configura o presente relato como inédito.

O manuscrito está organizado em cinco capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo são apresentadas a problemática e relevância do estudo, seguidas, no terceiro capítulo da metodologia delimitada para alcançar os objetivos propostos. No quarto capítulo são apresentados os resultados da experiência vivenciada e, por fim, desvelam-se algumas implicações práticas e conclusões.

PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA

O RESTEC em Gestão Pública é a primeira edição a selecionar um grupo de residentes técnicos recém-formados em Turismo. Sendo esta a sua primeira edição, é fundamental acompanhar o desenvolvimento das atividades e registrá-las. Dessa forma, a opinião dos residentes técnicos participantes, público alvo do Programa, é um meio relevante para avaliar o alcance dos objetivos propostos.

Nesse contexto, o relato colabora para o registro das ações realizadas no Programa e pode contribuir para que estudantes dos últimos anos de cursos de graduação em turismo no Paraná conheçam melhor o seu funcionamento e possam, após a formatura, se candidatar a uma vaga como residente técnico. Ademais, o relato pode contribuir para melhoria do referido Programa, a partir da identificação de lacunas que possam ser supridas pelo órgão público receptor e pela UEPG.

Ressalta-se o ineditismo do presente manuscrito. Não foram identificados trabalhos científicos que abordam a experiência do residente técnico, especialmente no turismo. Assim, este trabalho contribui para preencher a lacuna identificada.

METODOLOGIA

Para o presente relato de experiência delimitou-se a abordagem qualitativa, de caráter descritivo. A abordagem qualitativa foi escolhida pois, segundo Minayo (2010, p. 21-22), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. O caráter descritivo, por sua vez, complementa tal abordagem, pois, de acordo com Gil (2010, p. 44) “tem como objetivo primordial as descrições das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa foi operacionalizada por meio de observação participante que, com base em May (2001, p. 177), pode ser definida como: “o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo”. Foi empreendida na ocasião das atividades práticas pedagógicas do Programa de Residência Técnica em Gestão Pública – 3ª edição, desenvolvidas na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Paraná (SEDEST) e na entidade autárquica Paraná Turismo, na Capital do Estado, Curitiba, entre Julho de 2020 e Maio de 2022.

A Lei que institui o Programa de Residência Técnica no Paraná prevê que ao longo dos 24 meses de atividade seja realizado um rodízio dos residentes técnicos entre os setores dos órgãos de atuação. Assim, foram desenvolvidas atividades na Coordenação de Fomento ao Turismo da SEDEST e, em seguida, nos Núcleos de Gestão Estratégica e Núcleo de Segmentação Turística, integrantes da Diretoria Técnica da Paraná Turismo.

Para a compilação dos resultados, utilizaram-se como base os relatórios mensais elaborados obrigatoriamente pelos residentes técnicos e avaliados pelos supervisores técnicos do órgão estadual, como critério para a continuidade no Programa de Residência Técnica. Assim, apresentam-se no capítulo de resultados as principais atividades desenvolvidas no Programa.

EXPERIÊNCIA NO RESTEC GESTÃO PÚBLICA

As atividades, previstas para iniciar em março de 2022 e suspensas devido à Pandemia de Covid-19, iniciaram oficialmente em 01 de Julho de 2022, em Curitiba, com recepção dos residentes técnicos, pela Paraná Turismo. Dado ao contexto sanitário do momento, a Residência Técnica iniciou de forma remota com encontros *online* por meio de vídeo conferências.

No primeiro mês foram realizadas atividades relacionadas à ambientação no setor público do Paraná. Foi realizada integração da equipe de residentes às equipes da SEDEST e Paraná Turismo por meio de apresentações da estrutura organizacional destes e das políticas públicas de turismo no Estado do Paraná.

Foram empreendidos estudos e proposições para atualização dos sites e redes sociais da Paraná Turismo e do Portal Viaje Paraná. Além disso, foram



estudadas as políticas públicas que regulamentam o turismo no Estado do Paraná: Política Estadual de Turismo (Lei nº 15.973, de 13 de novembro de 2008) (PARANÁ, 2008), Plano Estadual de Turismo (“Paraná Turístico 2026 - Pacto para um destino inteligente”) (PARANÁ, 2016) e Plano de Governo vigente.

O conhecimento das políticas públicas de turismo, dos meios de comunicação oficiais e documentos atinentes ao turismo no Paraná se faz necessária para o bom desempenho de um turismólogo no setor público. Dessa forma, proporcionou-se clareza da viabilidade (ou não) de possíveis proposições e ampliou-se o olhar quanto à aplicação de conhecimentos teóricos do turismo na prática da atividade.

A partir do segundo mês de atividades (agosto de 2020) os Residentes Técnicos foram alocados nas diretorias da Paraná Turismo e da SEDEST. Na ocasião, fui alocada na Coordenação de Fomento ao Turismo da SEDEST.

Coordenação de Fomento ao Turismo da SEDEST

A SEDEST foi instituída pela Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 (SEDEST, 2019) a partir de uma reforma das Secretarias de Estado. A referida Secretaria, naquele momento, carecia de políticas públicas de turismo para o Estado tendo em vista a recente integração da pasta de turismo e a criação da Coordenação de Fomento ao Turismo. A equipe técnica da referida Coordenação era composta pela coordenadora e a residente técnica, autora do presente relato.

Nesse contexto, uma das primeiras atividades realizadas na referida Secretaria foi a construção de um banco de dados sobre o turismo no Paraná para embasar possíveis ações e políticas públicas estaduais voltadas ao setor. O banco de dados era composto por dados e informações, como infraestrutura de acesso, oferta turística, contemplando principais segmentos e atrativos do Estado e prestadores de serviços turísticos e de apoio ao turismo. Além de dados referentes à demanda turística real e potencial no Estado.

Ao mesmo tempo, vivia-se um cenário completamente atípico na história do turismo brasileiro e mundial: a Pandemia da COVID-19 (NUNES; DIB, 2022; COELHO; MAYER, 2020; MAYER; COELHO, 2021; HIGGINS-DESBIOLLES, 2020). Esse acontecimento obrigou todo o *trade* turístico, incluindo-se o poder público, a se adaptar para o enfrentamento da doença (CLEMENTE *et al.*, 2020; DURO *et al.*,



2021). Nessa conjuntura, outra atividade realizada foi a pesquisa sobre políticas públicas de turismo para o enfrentamento da Pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo e o seu monitoramento. Diariamente eram consultados os *sites* da Organização Mundial de Turismo (OMT), do Ministério do Turismo (MTUR) e de Secretarias de Turismo de outros Estados Brasileiros para acompanhamento das ações e tomadas de decisões para o setor de turismo.

Outra atribuição na SEDEST correspondia à participação em dois grupos de trabalho (GT): o primeiro para a criação do Fundo Paranaense de Turismo (FUNTUR) e o segundo para monitoramento e avaliação periódica do Plano Estadual de Turismo – Paraná Turístico 2026. Ambos os GTs eram coordenados pela SEDEST e Paraná Turismo. O GT para monitoramento do Plano Estadual de Turismo, instrumento para execução da Política de Turismo do Paraná (PARANÁ, 2008), contava com a participação de atores externos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os GTs reuniam-se periodicamente para discutir e deliberar ações com vistas à implementação de políticas públicas para o setor de turismo.

Ademais, participou-se como ouvinte nas Assembleias Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR), que é outro instrumento para execução da Política de Turismo do Paraná (PARANÁ, 2008). As Assembleias Ordinárias são realizadas a cada dois meses para discutir e deliberar propostas de políticas públicas e ações para o setor em nível estadual.

Por fim, realizou-se o Planejamento da Coordenação de Fomento ao Turismo para o ano seguinte, 2021. O referido planejamento era composto de programas, projetos e ações para o turismo no Estado do Paraná. Para isso foram realizados contatos e reuniões com atores chave identificados como parceiros, como outras Secretarias de Estado e iniciativa privada, para tratativa das propostas a serem implementadas. Tais atividades contribuíram para o conhecimento e experiência na elaboração de planejamento de políticas públicas de turismo. A partir de fevereiro de 2021, com a realocação dos residentes técnicos, passei a integrar a equipe da Paraná Turismo.

A Paraná Turismo é uma entidade autárquica estadual, vinculada à SEDEST, por meio da Lei nº 19.848, de 2019 (PARANÁ, 2019). O referido órgão apresenta como objetivo executar a Política Estadual de Turismo (PARANÁ, 2008), seguindo-se as orientações do Plano Estadual de Turismo (PARANÁ, 2016) e do Plano Plurianual (PARANÁ TURISMO, 2022).

A autarquia organizava-se em três diretorias: Administrativa, de Marketing e Técnica. Na ocasião, integrou-se a Diretoria Técnica da Paraná Turismo, que é responsável por todo o assessoramento técnico no que se refere à organização e implementação da atividade turística no estado do Paraná. A referida diretoria realizava reuniões semanais para alinhamento entre os Núcleos que a compõem: Núcleo de Regionalização, de Inteligência Turística, Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), Gestão Estratégica e Segmentação. Nesse contexto, atuou-se diretamente nos núcleos de Gestão Estratégica e de Segmentação Turística.

Núcleo de Gestão Estratégica

O Núcleo de Gestão Estratégica era composto por uma coordenadora técnica e a residente técnica, autora deste relato. No referido Núcleo foi possível dar continuidade a algumas atividades iniciadas na SEDEST, como a participação no Grupo de Trabalho para implementação do Fundo Estadual de Turismo (FUNTUR), no qual uma das principais atividades desempenhada foi a elaboração de relatório técnico conclusivo do referido GT.

Outra continuidade foi a participação no Grupo Gestor do Plano Estadual de Turismo – Paraná Turístico 2026, que é responsável pelo monitoramento do Plano Estadual, pela realização do Fórum Estadual Paraná Turístico, realizado anualmente, e pela atualização dos Planos Operacionais das Regiões Turísticas do Paraná.

A experiência no Grupo Gestor Paraná Turístico foi importante para a formação de turismóloga por possibilitar o conhecimento do processo de monitoramento e atualização dos Planos Operacionais das Regiões Turísticas Paranaenses. Ademais, foi possível acompanhar o nascimento de uma nova Região



Turística, a Sul do Paraná, contribuindo com a elaboração do Plano Operacional desta.

Participou-se, também, como apoio na Secretaria Executiva do CEPATUR, realizando atividades como a organização documental e elaboração das atas das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias. Tais atividades propiciaram conhecimento acerca do funcionamento do referido Conselho.

Outra experiência significativa foi a participação na construção de um novo Programa de Residência Técnica, este em Gestão de Turismo, operacionalizado por meio da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO). Na ocasião, contribuiu-se na definição das disciplinas, elaboração da ementa das mesmas e indicação de possíveis professores para compor o quadro docente.

As atividades desenvolvidas no Núcleo de Gestão Estratégica da Paraná Turismo demonstraram o desafio de trabalhar o turismo estrategicamente no Paraná. Evidenciou-se a necessidade de articulação dos atores públicos, privados e da sociedade civil relacionados, direta ou indiretamente, com a atividade turística. E, principalmente, a necessidade de integração dos diferentes Núcleos da Diretoria Técnica, assim como das Diretorias Administrativa e de Marketing para a potencialização de políticas públicas de turismo no Estado.

Núcleo de Segmentação Turística

O Núcleo de Segmentação Turística responsabilizava-se pela organização, planejamento e implementação do turismo nas áreas de gastronomia, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico e turismo de base comunitária (TBC). Sob a supervisão técnica de um servidor técnico de carreira, com mais de trinta anos de atuação no turismo do Estado do Paraná, o Núcleo era composto por quatro residentes técnicos que se reuniam semanalmente para repasse das atividades realizadas e alinhamento das ações previstas.

Dentre as principais atividades do Núcleo destacam-se o assessoramento aos municípios paranaenses no planejamento e desenvolvimento da atividade turística e a elaboração de pareceres técnicos de projetos de leis e projetos turísticos submetidos ao Governo do Estado do Paraná. A experiência neste Núcleo, especialmente nestas duas atividades, proporcionou aprendizado na prática da complexidade da atividade turística estudada no curso de graduação em turismo.

Outra atribuição do Núcleo correspondia à Secretaria Executiva dos Grupos de Trabalho (GT) Náutico e “EcoAventura” (ecoturismo e turismo de aventura), reativados em 2021, pelo Núcleo. A partir da experiência no apoio à Secretaria Executiva do CEPATUR, foi possível contribuir com a Secretaria Executiva dos GTs, aplicando nesta, procedimentos organizacionais que deram certo naquela.

A partir do Núcleo de Segmentação, atuou-se no apoio do planejamento da “1ª Oficina de Integração Vocações Regionais Sustentáveis na Mata Atlântica”, participando-se como facilitadora nas ações referentes ao turismo. A oficina foi promovida pela Invest Paraná, autarquia estadual, também vinculada à SEDEST, em Morretes, no Litoral Norte do Paraná, em 2021.

Referindo-se às ações voltadas ao turismo de base comunitária no Estado, levantaram-se as experiências de Turismo de Base Comunitária no Paraná, por meio de estudos científicos para a elaboração da primeira versão do Mapa de Turismo de Base Comunitária do Paraná. Realizou-se, também, estudo sobre o Projeto de Lei para o Turismo de Base Comunitária no Paraná junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR) setor Litoral, assessores de deputados e sociedade civil.

Uma das ações empreendidas pelo Núcleo a ser destacada foi a elaboração da cartilha “Mergulho no Paraná”. A cartilha foi desenvolvida com a participação de escola de mergulho estadual e Organização Não Governamental (ONG) ambientalista que atua nesta frente. Este foi um dos projetos inovadores por abranger o mergulho em água doce e água salgada no Estado.

Por fim, elaborou-se o Planejamento de Ações referentes ao Turismo de Base Comunitária no Paraná para 2022 e contribui-se com o planejamento do “Programa Gastronomia Paraná 2022”. Com isso, foi possível aprimorar conhecimentos sobre o processo de planejamento no setor público, bem como a importância da articulação do *trade* turístico para a respectiva implementação.

Potencialidades e limites do RESTEC

A participação como residente técnica no RESTEC Gestão Pública, proporcionou conhecimento da rotina dos órgãos públicos de turismo do Paraná. Foi possível observar que a organização interna das equipes de trabalho, quando articulada, dinamiza as ações e contribui para o bom desempenho de atividades que envolvem o *trade* turístico do Estado. Ademais, observou-se a importância do



trabalho conjunto do órgão com as Instâncias de Governança Regionais, órgãos públicos e iniciativa privada.

As práticas acadêmico-pedagógicas do RESTEC proporcionaram conhecimento aprofundado das políticas públicas de turismo, seus instrumentos e a estrutura organizacional para sua execução. Contudo, observou-se certo distanciamento entre a esfera teórico-científica do RESTEC, correspondente à Pós Graduação em Gestão Pública e a prática acadêmico-pedagógica do Programa, ou seja, a atuação no órgão governamental. Notou-se que, algumas vezes, a teoria e a prática poderiam diferir. Essa constatação levantou alguns questionamentos, como: será que a prática pode não corresponder à teoria? Ou será que a base teórica pode estar desatualizada da prática? Tais questões não foram respondidas de forma satisfatória durante o RESTEC pela UEPG e pelos órgãos públicos.

Ainda sobre a esfera teórica do Programa, a Pós Graduação em Gestão Pública, o aprendizado dos residentes técnicos foi prejudicado pela redução de tempo para as disciplinas, que foi, em algumas delas, insuficientes para conciliar as leituras, atividades e avaliações com as trinta horas semanais da prática acadêmico-pedagógica no órgão público. Ademais, observaram-se problemas técnicos constantes na plataforma de ensino à distância.

Sobre a prática acadêmico-pedagógica observou-se que o quantitativo de funcionários fixos dos órgãos estaduais é pequeno e os residentes supriam a necessidade de mão de obra. Essa situação é positiva no que se refere à oportunidade de profissionais recém-formados experienciarem a atuação em um órgão público. Contudo, pode ser negativa, se os residentes forem encarados como trabalhadores para suprir funções operacionais e o processo prático acadêmico-pedagógico não for seguido.

De encontro a isso, observou-se o não aproveitamento dos residentes técnicos após a conclusão do Programa e, tampouco, a abertura de Concursos Públicos com vagas destinadas a turismólogos. Por outro lado, em 2022, antes de finalizar o RESTEC em tela, foram selecionados dois novos grupo de turismólogos, um por meio do RESTEC em Gestão de Turismo e outro de Gestão Pública.

Por fim, o RESTEC cumpriu seu papel de proporcionar inserção profissional dos recém formados em turismo. Especialmente, no período de Pandemia da COVID-19 que impactou drasticamente o setor de turismo, levando a mortalidade de



empresas do setor e, conseqüentemente, redução e/ou inexistência de postos de emprego, quiçá de oportunidades para empreender. Assim, o Programa contribuiu no aperfeiçoamento da formação do turismólogo para atuar no setor público.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E CONCLUSÕES

A criação de Programas de Residência Técnica no Estado do Paraná apresenta-se como uma tendência, sobretudo para o turismo. Após a oferta de vagas para residentes técnicos formados em turismo pelo RESTEC em Gestão Pública pela UEPG, foi criado o RESTEC em Gestão de Turismo, pela UNICENTRO. Assim, o relato apresentado, inédito e pioneiro, pode auxiliar na expansão destes Programas.

Nesse contexto, os relatos dos residentes técnicos contribuem para avaliação dos Programas de Residência Técnica. Estes apresentam o ponto de vista do público alvo do Programa e identificam pontos positivos e aspectos a serem melhorados, a partir da perspectiva de quem o utiliza. Assim, a SETI, coordenadora no Programa no Paraná, juntamente com o Governo do Estado do Paraná e as Universidades que o operacionalizam podem se apropriar de tais relatos com o objetivo de contribuição nas tomadas de decisões assertivas.

Ademais, o Programa de Residência Técnica no Paraná ao vincular a formação teórico-científica à prática acadêmico-pedagógica do residente técnico, contribui para a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) como atribuição das Universidades, reforçando sua relevância para o Estado do Paraná. Deste modo, o Programa pode vir a se tornar referência nacional e, inclusive, ser implementado por outros Estados brasileiros.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 29 out. 2022.

CLEMENTE, A. C. F.; ANDRADE, L. G.; STOPPA, E. A.; SANTOS, G. E. O. Políticas Públicas frente aos impactos econômicos da COVID-19 no Turismo. In.: **Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**. V. 8, nº 14. P. 73-85. Brasília, junho, 2020.

COELHO, M. F.; MAYER, V. F. Gestão de serviços pós-COVID: O que se pode aprender com o setor de turismo e viagens? In.: **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**. v.14, n.39, p. 3698-3706. Especial COVID-19, 2020.

DURO, J. A.; PEREZ-LABORDA, A.; TURRION-PRATS, J.; FERNÁNDEZ-FERNANDEZ, M. Covid-19 and tourism vulnerability. In.: **Tourism Management Perspectives**. V. 38. P. 1-12. 2021.

FREITAS, M. D. F.; MENDES JÚNIOR, R.; SCHEER, S.; TAVARES, S. F. La actividad de docencia em clase mediada por la TIC: proyecto de educación continuada para arquitecto e ingeniero. **Revista de currículum y formacion Del profesorado**. V. 15. Nº 1. P. 67-74. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. In.: **Tourism Geographies**. V. 22. N. 3, p. 610-623. 2020.

MASSUQUETO, K. **As representações sociais do Programa Residência Técnica nas áreas de engenharia e arquitetura**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MASSUQUETO, K.; SILVA, H. F. N. As representações sociais do Programa Residência Técnica nas áreas de engenharia e arquitetura. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**. v.11, n.2, Abr.-Jun., p. 302-310, 2018.

MAY, T. **Pesquisa social** - Questões, métodos e processos. Porto Alegre, Artemed, 2001.

MAYER, V. F.; COELHO, M. F. Sonhos interrompidos: memórias e emoções de experiências de viagem durante a propagação da Covid-19. In.: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR**. V. 15. N. 2192. P. 1-20. São Paulo, 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NUNES, M. O.; DIB, L. A. R. Arquitetura de escolhas na tomada de decisão de turistas no contexto da pandemia de covid-19. In.: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTUR**. V. 16. N. 2465. P. 1-17. São Paulo, 2022.

PARANÁ. Diário Oficial Executivo. **Lei 15973, de 13 de Novembro de 2008**. Estabelece a Política de Turismo do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Disponível em: (Microsoft Word - Pol\355tica de Turismo do Paran\341 - LEI N\272 15973.doc). Acesso em: 01 fev. 2022.

PARANÁ. **Paraná Turístico 2026** - Pacto para um destino inteligente. Curitiba: CEPATUR, 2016.

PARANÁ. Lei nº 20086, de 18 de Dezembro de 2019. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná. Diário Oficial Executivo. Curitiba, PR, v. 1, n. 10587, p. 12. 18 dez. 2019. Seção IV.

PARANÁ TURISMO. **Paraná Turismo**. Disponível em: <https://www.paranaturismo.pr.gov.br/Pagina/Parana-Turismo>. Acesso em: 29 Out. 2022.

SEDEST. **Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo**. Disponível em: Apresentação | Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (sedest.pr.gov.br). Acesso em: 09 dez. 2021.

SETI – SUPERINTENDÊNCIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. Residência Técnica. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Residencia-Tecnica>. Acesso em: 25 Out. 2022.